



Anais da Assembléia

Nº 90

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 79ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1982

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Deni Schwartz.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação de voto de pesar pelo falecimento de Dona JUDITE SANSON, ocorrido ontem, nesta Capital.

Matrona de respeitável família, viveu toda sua vida nesta Capital, onde veio a falecer aos 81 anos de idade, deixando a família e a sociedade local consternadas.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento do presente à família enlutada, seus filhos JOSÉ SANSON, JOÃO SANSON, sua filha e genro AVELINA SANSON COOPER e ARISTIDES COOPER, na Av. Anita Garibaldi nº 1.488 - Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1982.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos

regimentais, REQUER seja inscrito na Ata dos trabalhos desta Sessão um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gentil Pinto Bueno, funcionário da Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, desde 06 de maio de 1957.

Deixou o extinto a esposa, Sra. Zilé Alves Bueno e vários filhos, para quem, juntamente com a população local seu falecimento representa perda irreparável.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje de um voto de pesar pelo falecimento, nesta cidade, do Doutor Adolfo Nestor Sigwalt, Juiz de Direito do Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

O extinto deixa viúva a Senhora Cleusa Mangué Sigwalt, e dois filhos menores, além de grandes amigos que o admiravam pelo seu alto espírito de bondade e compreensão.

Solicito, uma vez aprovado o requerimento que se dê conhecimento à família enlutada, na Rua Trajano Reis, 248, 9º andar, ao. 93, nesta Capital.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, suspensão das sessões, nos dias 06 e 09 do mês de setembro, para que nestes dias se realizem reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1982.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando as seguintes informações:

- Qual a atual situação funcional dos professores ANTÔNIO PEREIRA EDUARDO e JOÃO BATISTA BUENO?
- Onde os mesmos estão lotados; se estão à disposição de algum órgão?
- Se estiverem à disposição, nominar qual o órgão e desde quando os mesmos estão à disposição?

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1982.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, soli-

citando informações sobre pagamentos efetuados pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, a título de taxas de comissão e veiculação a agências de publicidade e que deverá constar os seguintes quesitos:

1. Quanto foi pago a título de taxa de comissão e veiculação nos exercícios de 1981 e em 1982, mês a mês, até a presente data?
2. Individualizar as agências de publicidade e respectivo montante pago em cada exercício.
3. Discriminar as peças publicitárias uma a uma, e os respectivos custos das campanhas, as taxas de comissão e veiculação pagas nos exercícios de 1981 e 1982 até a presente data.
4. Quais os critérios adotados para contratação das agências de publicidade?
5. Quais os órgãos em que foram veiculadas tais campanhas?
6. Quanto foi pago a cada um destes órgãos, em cada exercício?

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1982.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Possuindo o Paraná mais de 60 (sessenta) agências de publicidade, causa espécie e está a exigir sejam esclarecidas as denúncias feitas por inúmeras outras agências de publicidade de que aquelas repartições - sem realização do necessário processo licitatório - viria contratando serviços e concentrando mais de 80% (oitenta por cento) das verbas publicitárias na mesma agência de publicidade hoje responsável pela propaganda eleitoral do partido do Governo, em detrimento das demais.

Exigindo a moralidade administrativa, proibida na condução dos negócios públicos, precisa ser esclarecida a aplicação da verba de publicidade pelo Estado, pois procedente a denúncia, estaríamos diante de uma grande negociata com dinheiro público e verdadeira subvenção indireta da vultosa campanha eleitoral do partido do Governo às custas do Erário Público.

Não tendo o que esconder, o Governo, por certo nada há a recear em dar resposta ao presente pedido de informações, pois no dizer do povo, "quem não deve não teme".

Projetos de Lei:

PROJETO DO LEI Nº 111

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o LAR DE NAZARÉ, Assistência à Velhice Desamparada, da Cidade de União de Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1982.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

O LAR DE NAZARÉ, Assistência à Velhice Desamparada, de União da Vitória, Estado do Paraná, foi fundado em 01 de julho de 1980, tendo sido registrado em 23 de julho do mesmo ano, data em que adquiriu personalidade jurídica.

Os benefícios que vem prestando aos idosos desamparados, fazem do Lar de Nazaré uma associação digna de respeito daquela comunidade.

Cumprindo com êxito os fins para que foi fundado, carece agora de sua declaração de utilidade pública, para o que esperamos contar com o apoio dos nobres Deputados, nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 112/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a entidade denominada COLABORADORES DO BRASIL ou MISSÃO CO-LAB, com sede e foro no Município e Comarca de Xambê, neste Estado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Conforme se vê no relatório em anexo - que se integra a esta justificativa - a entidade que pretendemos declarar de utilidade pública tem desenvolvido excelente trabalho em prol da coletividade, sendo, portanto, merecedora do reconhecimento público.

Assim, contamos com o apoio dos eminentes Pares.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores para o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Teríamos alguns assuntos para abordar no Grande Expediente. Primeiramente sobre o movimento dos professores e o negado aumento ao funcionalismo público do Estado.

No dia 1º de outubro de 1981, nós fizemos, desta tribuna, um pronunciamento intitulado: "A agonia do pequeno déspota". Naquela ocasião, os professores estavam acampados no Centro Cívico, policiados por um contingente da PM, a mando do ex-Governador General da Reserva, Ney Aminthas de Barros Braga. Na oportunidade daquele pronunciamento, dizíamos que a verdadeira subversão está no desrespeito à lei. Que o General Ney Braga, rasgando a Constituição com a sua intolerância doentia, transformava-se num General subversivo. E encerramos aquele pronunciamento de outubro de 1981, há quase um ano atrás, dizendo que "o Paraná sabe também que o vice-Governador José Hosken de Novaes é um homem aberto, estando potencialmente melhor possibilitado a entender o momento paranaense".

"Assim sendo - eu dizia naquela ocasião - o Paraná espera dos últimos fatos que o General Ney Braga recolha-se à vida privada, deixando a direção do nosso Estado, ao Vice -, José Hosken de Novaes.

Hoje, o Sr. Ney Braga é candidato ao Senado, pelo PDS o Sr. Hosken de Novaes é o Governador do Estado. E chegou o momento de o Sr. Hosken de Novaes provar ao Paraná que é um homem afeto à Justiça. Ainda hoje a Associação dos Professores do Paraná, comunicará oficialmente ao Governo, a decisão tomada em Assembléia da paralisação total das aulas e demais atividades a partir do dia 8 de setembro, com as seguintes estratégias, estabelecida na última assembléia geral dos professores:

Permanecer em assembléia permanente;

Campanha de denúncia e desmoralização do Governo do Estado do Paraná.

Retirada por parte de todos os funcionários públicos e professores, do saldo bancário, que por ventura tenham no Banco do Estado do Paraná, banco essencialmente político, depositando-o em outro banco, o mesmo acontecendo com as cadernetas de poupança, quando houver, porque com o salário que o professor ganha, dificilmente poderá por alguma coisa na poupança, que é outro grande "chuncho" do Governo

Figueiredo.

Outra estratégia, considerar como ofensa toda e qualquer homenagem do Governo aos professores;

Desmascarar com cartazes e panfletos, as mentiras e a má vontade do Governo; e

Visitar escolas e repartições públicas, pedindo a adesão do funcionalismo.

O governo não pode continuar mentindo e enganando os professores e os funcionários públicos deste Estado; o acordo de 1981, e eu lembro bem, porque participei, com aval inclusive dos Bispos de Curitiba, este acordo determinava para agosto de 82 o piso de 2.2 salários mínimos, às normalistas nível 1. Foi concedido, mas sem o avanço diagonal; e sem contagem de tempo. Dos 32.000 e alguns quebrados, para 36.538 de salário, isso prova que o que fizeram foi congelar o salário das professoras.

Voltamos a afirmar que o Governo do Paraná é subversivo, à medida em que fraudou a Lei nº 7.540/81, por ele criada e que fala em reajuste, para agosto de 82, baseado no orçamento, embora não fale em índices. A imprensa está comentando no aumento de 20%, mas, até o momento, segundo a P.P. não existe nada de oficial. E aumento de 20% é ofensa e provocação e além do mais está prometido para setembro e virá, conseqüentemente defasado.

Alegar falta de recursos, como a alegação da baixa de arrecadação do ICM é pura enganção.

Recursos existem. O que não existe é seriedade na aplicação do dinheiro público. É a corrupção que se faz com o dinheiro público deste Estado; nesta campanha política, principalmente.

Se não, como justificar e, é o que comentam na cidade, a contratação de 7.000 funcionários na Secretaria da Saúde. Admissões eleitoreiras. Um crime contra o erário público.

Como justificar, também, a liberação, através do Banestado, de milhões e milhões de cruzeiros para Prefeitos do PDS gastarem nesta campanha política. E eu trago um testemunho da cidade de Florestópolis, no Norte do Paraná, onde cada Prefeito, candidato para Prefeito do PDS, 3 sublegendas, cada um recebeu um milhão de cruzeiros através do Banestado e com a promessa de que cada um pode liberar até 200 carteiras de motoristas. Em Florestópolis, onde fazemos a nossa participação política, também onde o Prefeito é atualmente do PMDB.

Isto ocorre em Cambé, Ibiporã e Assaí também, onde lá pudemos constatar. E os gastos gastronômicos em publicidade no rádio, na TV e nos jornais.

Recursos existem sim, Sr. Governador Hoesken de Novaes, o que está faltando é mais seriedade, é mais honestidade, é mais austeridade. Está faltando auditoria em todos estes órgãos do Governo. É o que falta neste Estado do Paraná, nas Secretarias e nos órgãos estatais para por muita gente na cadeia. Que a corrupção campeia solta.

Se o Governo Federal obriga as empresas a reajustarem semestralmente os seus empregados, por que é que o Governo não dá o exemplo?

Falar em reajuste inferior ao INPC é uma tapeação das grossas. Mas, ainda existe tempo para o Sr. Governador do Estado reparar esta injustiça. Caso contrário, dia 8 de setembro, marcará a paralisação de todos os professores do Paraná e desta vez não haverá reposição de aulas não, como nas greves de 78, 68, 80 e 81, porque, afinal de contas, trabalhador que inicia um movimento grevista como no ABC em São Paulo, ninguém repõe dias de trabalho.

O que se lamenta também, é que as diretoras de escola fazem o jogo do Governo, com raríssimas exceções, essas diretoras exercem um poder de pressão inqualificável junto aos professores.

Diante disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós

estamos, inclusive, em cima do problema das diretoras; vamos apresentar uma emenda constitucional criando para os diretores de estabelecimentos da rede oficial de 1.º e 2.º graus, eleições diretas para escolha destes diretores. Com o peso de alunos, pais de alunos e professores.

Fazemos, portanto, de público, um apelo ao Governador Hosken de Novaes, no sentido de que dê este aumento prometido aos funcionários públicos deste Estado, pelo menos que se equipare ao INPC de 45,3%, a exemplo do Rio Grande do Sul que deu 70%, de São Paulo que deu 70%.

Um outro assunto, Sr. Presidente, é o pedido de informação ao Governador do Estado em forma do seguinte requerimento. (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado TELEX ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. José Hosken de Novaes, solicitando as seguintes informações:

1. É verdade que o ex-Governador Ney Braga esteve em Brasília mantendo contatos com o Presidente da República, com o Ministro da Aeronáutica e com o Ministro-Chefe da Casa Civil, exigindo destas autoridades que exercessem pressão junto a Vossa Excelência na solução do problema do funcionalismo público, uma vez que essa classe - 200.000, entre CLT e Estatutários - têm um grande peso eleitoral?

2. É verdade que atendendo telefonema de Brasília, o Senhor viajou hoje (31/08/82) às pressas para a capital federal, não sem antes comentar com assessores mais ligados de que em caso de pressão do Presidente da República entregaria o cargo de Governador?

3. O Senhor confirma a notícia de que o Governo Estadual poderá, além dos 20% já concedidos, conceder ainda, ao funcionalismo público, mais 25% com efeito retroativo e mais 10% ou 15% em outubro, uma vez que São Paulo e Rio Grande do Sul deram aproximadamente 70% de aumento ao funcionalismo daqueles Estados?

4. É verdade que o Sr. Ney Geraldo Braga, parente do ex-Governador Ney Braga, foi exonerado das suas funções? Especificar a data da demissão e os salários que o ex-funcionário percebia.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1982.

(a) FIORI LUIZ”.

Um terceiro assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que deveremos marcar uma audiência com o Desembargador Heliantho Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça.

Iremos indagar ao Desembargador o porquê do veto à nossa emenda ao projeto de reforma do Poder Judiciário, que elevava de Entrância Inicial à Intermediária, as Comarcas de Cambé e Ibiporã.

Esta emenda foi aprovada por esta Casa, com anuência do Governador Hosken de Novaes, mas foi vetada pelo Desembargador Heliantho Camargo.

E provamos ao Sr. Governador, naquela ocasião, que Cambé e Ibiporã possuíam movimento três vezes superior, nas Varas Cível e Criminal, ao de dez outras cidades do Paraná que já são de Entrância Intermediária, enquanto elas continuavam de Entrância Inicial.

Por que? Por que as duas cidades têm prefeitos do PMDB? Cambé, com o Sr. Almeida Gomes e Ibiporã, com o Sr. Francisco Deliberador Netto?

E por que o Sr. ex-Secretário da Justiça, Sr. Otávio Cesário pressionou o Desembargador no sentido de vetar a nossa emenda? E não elevar de Entrância Inicial para Intermediária, principalmente a Comarca de Cambé, onde o ex-

Secretário da Justiça detém o mando político? Porque o Juiz indicado por ele, faz o jogo do PDS em Cambé.

Nós provamos, com um documento, ao Governador Hosken de Novaes, que a elevação de Entrâncias é puramente política. Porque, cidades como Loanda, Astorga, Lapa, Wenceslau Braz, não têm 30 por cento em suas Varas, do movimento de Iporã. E essas duas cidades estão ainda em Entrância Inicial e as demais, em Entrância Intermediária.

Gostaria de saber também do Desembargador Presidente do Tribunal, até onde vai a pressão de Sua Excelência junto aos Juizes e Promotores do Interior, porque sabemos que seu filho, Clayton Camargo, é candidato a Deputado Estadual pelo PDS. E os Juizes e Promotores do Interior, estão recebendo pressões diretas, através de telefone, do Desembargador Heliantho Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça.

É este o exemplo de justiça que esse Desembargador dá ao Paraná?

E além do mais, o Sr. Clayton Camargo, filho do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, pelo que comentam, — deixo no condicional — teria ligações com contravenções na cidade, com casas de jogo e jogo-de-bicho, ou o irmão, é a família Camargo, toda ela. Nós vamos manter um contato pessoal com o Sr. Desembargador e através de um requerimento, para sabermos dos motivos do veto à nossa emenda, veto puramente eleitoral, voto apostado, em função da pressão do ex-Secretário da Justiça, Octávio Cesário, que também tem muito para pagar na Justiça, logo, logo, não vai demorar muito, está devendo muito à Justiça, também.

Era isto, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, usarei cinco minutos, e depois o Deputado Tadeu Lúcio Machado usará os quinze minutos restantes.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres Companheiros.

Ainda quando eu estava na Câmara Municipal de Curitiba como Vereador, fiz um requerimento e uma sugestão ao Prefeito da cidade, solicitando a liberação de propaganda, nos táxis de Curitiba, isto visando um rendimento maior ao motorista, ao profissional do volante, mas não sabia e nem imaginava — na época — que o projeto fosse se transformar numa ação maquiavélica que hoje está em prática.

Na ocasião, ele morreu na gaveta do Executivo Municipal porque era impertinente, agora, recentemente, às vésperas da eleição, o Prefeito Jaime Lerner mandou a Mensagem à Câmara, para aprovação e liberação de propaganda em táxis em Curitiba.

Acontece que, o Presidente da Câmara tem seus interesses pessoais, então, imediatamente acionou os dispositivos, através dos seus companheiros de Bancada, para a aprovação deste projeto, e agora, o que nós vemos nas ruas da cidade, são táxis usando propaganda política.

Então, é isto que estamos condenando hoje aqui, desta tribuna, porque o profissional do volante não está tendo nenhum benefício nesta mensagem, absolutamente nenhum benefício, quem está tendo, primeiro, é a empresa, e em segundo, políticos que se servem dessas empresas, conseqüentemente, do profissional do volante; motoristas de duas empresas estão sendo obrigados a colocar em seus carros,

decalques plásticos adesivos com propagandas de um candidato a deputado estadual, contrariando totalmente o que determina a lei e se constituindo assim numa violenta violação ao Código Eleitoral.

Porque inclusive há uma determinação de proibição de propaganda em veículos de utilidade pública, e essa violação está sendo realmente arranhada. Nós vimos aqui, recentemente, e anotamos um dos carros da cidade, o Táxi AT 1940, que ostenta propaganda eleitoral do candidato pedessista Donato Gulín, esse carro, esse veículo circula na cidade. E outros mais que estão aí, para quem quiser ver.

Então, é uma barbaridade. A situação difícil em que se encontra o motorista de táxi e o abuso, a exploração por parte de politiquinhos que já não são nem políticos, além de terem sido transformados em autônomos, por lei instituída por Lerner, os motoristas de táxis acabam sendo prejudicados por esse tipo de ação, eles são obrigados a pagar, às vezes, até 2 mil e 200 a diária, aos patrões, trabalham até 12 horas por dia para conseguirem um salário em torno de 30 mil cruzeiros, isto quando chegam lá.

Tudo isso, sem contar que em algumas empresas estão sendo transformados, alguns empregados dessas empresas, estão sendo transformados em cabos eleitorais contra a sua própria vontade e à total revelia da lei.

Era só esta denúncia que eu queria trazer e fazer o apelo ao Sr. José Hosken de Novaes, Governador do Paraná, para que tome uma providência, em nome da moral, em nome inclusive do bom senso e que peça ao Prefeito Jaime Lerner, a proibição da propaganda política nos táxis, em Curitiba.

Era isto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, no Horário da Liderança do Partido, por dez minutos.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por determinação da Liderança de nossa Bancada, vamos ler, para que fique registrado nos Anais da Casa, uma carta aberta do Deputado Federal Álvaro Dias, ao Excelentíssimo Sr. Governador Hosken de Novaes. É o seguinte o teor desta carta:

“Excelentíssimo Senhor
Doutor JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
M.D. Governador do Estado
Palácio Iguaçu
CURITIBA — Paraná

Senhor Governador HOSKEN DE NOVAES:

Melhor amparado pelas informações, Vossa Excelência tem condições de julgar as reais possibilidades do Erário para atender às reivindicações dos funcionários públicos que lutam, hoje, contra a inexorável corrosão de salários e que estão profundamente frustrados pela negativa do Governo do Estado de conceder-lhes o justo reajuste salarial.

Essa decepção é mais que compreensível. O Governo Ney Braga prometeu, solenemente, antecipar-lhes o reajuste salarial para agosto, a fim de repor a perda do poder aquisitivo causada pela inflação. Não é o que se verificou. O aumento anunciado passou para setembro, quebrando-se assim uma decisão do Governo. Ao invés da reposição do valor salarial — que seria da ordem mínima de 45 por cento — os servidores receberam menos da metade da perda que sofreram.

O amargor por que passam os integrantes dessa classe, não é novo. Apesar das repetidas e demagógicas afirmações do Sr. Ney Braga de que é sensível aos problemas do funcionalismo, o que se deve registrar e não esquecer é o fato de que, sistematicamente, continuam perdendo o seu poder de aquisição. Em 1981, para um aumento de custo de vida de 104 por cento, os servi-

dores, em sua grande maioria, receberam acréscimos salariais que oscilam ao redor de 80 por cento.

Se não fossem suficientes esses argumentos, impõe-se um outro muito sério e sintomático, que desperta indagações irremediáveis. O Governo vem aumentando, significativamente, seus gastos com pessoal. Em 1981, foram gastos mais de 126 por cento do que em 1980. Em 1982, justificando a negativa em atender às reivindicações do funcionalismo, o Executivo previa gastar 87,5 bilhões de cruzeiros com seus funcionários, ou seja, 115 por cento a mais do que no ano anterior. Houve portanto uma sensível e não explicada expansão de gastos com pessoal. Vale, pois, a pergunta: Quais as categorias funcionais que receberam os aumentos dessa ordem? Seriam os professores? Certamente, não. Os policiais militares? Certamente, não. Os profissionais liberais? Certamente não. Os funcionários mais humildes? Certamente, não.

As indagações não podem cessar aqui. Devem ir mais longe. Como se pode pedir compreensão e sacrifício aos servidores, quando é tão visível e pródigo o uso que se fez da máquina pública para fins eleitorais?

Como Vossa Excelência não foi partícipe desse perfil, mas ao revés, temos a certeza de que é estranho a esse estilo de governar, julgamos nosso dever enunciar fatos que estão ocorrendo no âmbito da Administração Estadual e que conflitam com os altos padrões éticos que devem ser preservados no trato da coisa pública.

Assim, Senhor Governador, é imperioso — em satisfação ao sacrifício que se está pedindo aos servidores públicos — que Vossa Excelência:

- mande apurar quanto o Governo do Estado gastou e vem gastando este ano em diárias, passagens, combustíveis, envio de correspondência, aluguel de veículos em comparação com anos anteriores. É importante saber não apenas o montante de tais encargos, mas — talvez principalmente — para que tais despesas vêm sendo realizadas;

- mande verificar a existência de funcionários pagos pelos contribuintes colaborando em atividades políticas de candidatos do PDS. Melhor ainda, se Vossa Excelência quiser comprovar pessoalmente, faça visitas de surpresa a comitês desse partido e comprová — como é de notoriedade pública — como e onde se esvaem os dinheiros de cada um de nós;

- mande verificar e cessar a constrangedora situação por que passam inúmeros funcionários públicos, que estão sendo virtualmente obrigados a executar tarefas estranhas ao exercício normal de suas funções, "convidados" a colar decalques de candidatos em seus automóveis e a participar de atos eleitorais;
- mande apurar as responsabilidades pela situação, já amplamente denunciada pela imprensa paranaense, de favorecimento por parte de algumas Secretarias e organismos estatais a candidatos "da casa", prática que contraria a ética e cria situações iníquas para outros candidatos.

No instante em que o sentimento político paranaense se sensibiliza com a certeza de decisões democráticas a 15 de novembro, estamos seguros, — Senhor Governador — que Vossa Excelência será sensível às colocações feitas pelo PMDB no sentido de poupar os funcionários públicos do Paraná, dando-lhes o mínimo necessário para compensar a permanente perda provocada pela inflação.

Da mesma forma, acreditamos que Vossa Excelência mandará apurar os fatos que enunciamos nesta carta aberta. É com esta convicção que nos dirigimos ao eminente Senhor Chefe do Poder Executivo paranaense, com o respeito que lhe devemos, e preocupados em manter coerência com as posições políticas que vimos assumindo em nossa vida pública.

Respeitosas saudações

(a) ÁLVARO DIAS
Deputado Federal "

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, consulta a Liderança do PDS. (Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem 41/82), que acresce parágrafos ao artigo 2.º, da Lei n.º 7041, que dispõe sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública o COMITÊ DOS COMPANHEIROS DAS AMÉRICAS — PARANÁ — OHIO, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/82, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de utilidade pública o ROTARY CLUBE DE MANDAGUARI, com sede e foro na cidade de Mandaguari. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

Sobre o referido projeto, Emenda nos seguintes termos:

"EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 69/82

SUBSTITUA—SE:

Onde se lê: "ROTARY CLUBE DE MANDAGUARI" Leia-se: "GUARDA-MIRIM DE MANDAGUARI".

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI"

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. — **Aprovado.**

Em votação a emenda. — **Aprovada.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/82, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE MARINGÁ - ADEAM, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem 96/82), que dá nova redação e acresce novo parágrafo ao art. 55 da Lei 6417, de 03 de julho de 1973, alterado pela Lei 7434, de 29 de dezembro de 1980. (Lei 7434 - Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem 97/82), que altera os percentuais de gratificação de função Policial Militar, conforme especifica. (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, Lei 7434). EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/82 (Mensagem 15/82 - ex-Proposição 18/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de PARANAPOEMA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/82, (Mensagem 16/82 - ex-Proposição 19/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo ao Convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20/82 (Mensagem 17/82, ex-Proposição 20/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de AMAPORÃ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/82 (Mensagem 18/82, ex-Proposição 21/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o terceiro Termo Aditivo ao Convênio EBTU-008/80, firmado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência de órgãos que especifica, visando a execução do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis". **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/82, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que fixa os subsídios e a verba de representação do Governador e Vice-Governador, com vigência a partir de 15 de março de 1983. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/82, de autoria da Comissão de Tomada de Contas (ex-Proposição 42/82), que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — CABENFALE, referente ao exercício de 1.981. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Judite Sanson, nesta Capital. — **Aprovado** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Adolfo Nestor Sigwalt, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gentil Pinto Bueno, ocorrido em Jandaia do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério, Adalberto Daros e Mário Celso, constante do expediente, solicitando a suspensão das sessões nos dias 6 e 9 do mês de setembro, para que nesses dias se realizem reuniões das Comissões. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, pedindo informações sobre despesas efetuadas por aquela Secretaria com contratos de arrendamento mercantil. - **Aprovado.**
O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

3 Srs. Deputados aprovam; nenhum Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 01 de setembro, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 24, 37, 47, 59, 80, 94 e 95/82 e do Projeto de Resolução n.º 103/81

4.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/82.

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 18, 19, 20, 21, 55 e 61/82.

Levanta-se a Sessão.